

# Plantão psicológico sob a ótica interseccional: por uma perspectiva antirracista

## Psychological Duty Under The Intersectional Point Of View: For An Anti-Racist Perspective

Layane de Oliveira Silva Castelo Branco<sup>1</sup> , Mariana Dutra dos Santos<sup>2</sup> , Emanuel Meireles Vieira<sup>3</sup> , João Paulo Pereira Barros<sup>4</sup> , Marina Bianka dos Santos Souza<sup>5</sup> 

1. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) vinculada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) Universidade Federal do Ceará  
E-mail: castelobrancolayane@gmail.com

2. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) vinculada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) Universidade Federal do Ceará  
E-mail: marianadutraufc@gmail.com

3. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) vinculado ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre

Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) Universidade Federal do Ceará  
E-mail: emanuelmeireles@ufc.br

4. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) coordenador do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) Universidade Federal do Ceará  
E-mail: joopaulobarros07@gmail.com

5. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) vinculada ao Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) Universidade Federal do Ceará  
E-mail: marinabiankapsi@gmail.com

### Dossiê - Abordagem Centrada na Pessoa: Ciência e Profissão

#### Resumo:

Este ensaio propõe traçar um diálogo entre plantão psicológico e interseccionalidade como caminho para construir uma atuação clínica antirracista. Para tanto, situa-se o plantão psicológico em seu potencial de deslocamento dentro da lógica clínica. Questiona-se a hegemonia teórica que embasa a clínica psicológica, evidenciando a branquitude de suas bases epistemológicas e tensionando-a com autoras e autores que trazem a interseccionalidade como uma sensibilidade analítica. Propõe-se o olhar interseccional como caminho ético para a construção de uma clínica implicada com a realidade do povo, reconhecendo o pacto da branquitude e a herança colonialista presentes em nossa sociedade e nas teorias que embasam grande parte de nossa prática em psicologia. Deste modo, fazemos um percurso que pretende ensejar debates que desloquem a clínica, especificamente, o plantão psicológico, de um lugar que não se implica com os marcadores sociais de raça, classe, gênero, território, dentre outros. Conclui-se apontando a importância de letramento racial, de respeito ao lugar de fala e da racialização na formação de terapeutas a fim de consolidar práticas antirracistas no plantão psicológico. Ademais, postula-se que psicólogos brancos são aliados e não protagonistas na luta contra o racismo.

**Palavras-chave:** Antirracista; Ética; Interseccionalidade; Plantão Psicológico.

**Abstract:**

This essay proposes to outline a dialogue between psychological duty and intersectionality as a path to building an anti-racist clinical action. To this end, psychological duty is situated in its potential for displacement within clinical logic. The theoretical hegemony that underpins clinical psychology is questioned, highlighting the whiteness of its epistemological bases and placing it in contrast with authors who bring intersectionality as an analytical sensitivity. An intersectional perspective is proposed as an ethical path for the construction of a clinic involved with the reality of the people, recognizing the pact of whiteness and the colonialist heritage present in our society and in the theories that underlie a large part of our practice in psychology. In this way, we make a path that intends to encourage debates that displace clinical psychology, specifically, psychological duty, from a place that is not involved in social markers of race, class, gender, territory. It concludes by pointing out the importance of racial literacy, respect for the place of speech and racialization in the training of therapists in order to consolidate anti-racist practices in psychological duty. Furthermore, it is postulated that white psychologists are allies and not protagonists in the fight against racism.

**Palavras-chave:** Anti-Racism; Ethics; Intersectionality; Psychological Duty.

## **Introdução**

As práticas clínicas contemporâneas entendem que, embora haja uma vida privada e questões íntimas a serem trabalhadas, o sofrimento psíquico não é algo circunscrito unicamente ao indivíduo e que, portanto, a fronteira entre o sofrimento individual e as questões ditas “sociais” é bem mais borrada do que se supunha inicialmente (Dutra, 2004; Miranda; Félix-Silva, 2022; Veiga, 2019; Vieira; Boris, 2012; Vieira; Romagnoli, 2022). Assim, o trabalho clínico coloca a necessidade de se discutir processos históricos e sociais produtores de vulnerabilidades que atravessam os modos de subjetivação de quem procura ajuda (Vieira; Romagnoli, 2022).

Uma das práticas clínicas contemporâneas mais profícuas no Brasil é a do plantão psicológico. Segundo Mahfoud (1987, 2013), trata-se de um serviço que prescinde de agendamento prévio, que fica à disposição da população em dias e horários definidos previamente, que não tem a obrigatoriedade de um retorno e que, portanto, pode ou não se encerrar em si mesmo. Permite, inclusive, ter como desdobramento o encaminhamento para outro serviço que não apenas de psicologia. O plantão psicológico tem como objetivo a compreensão da demanda

com que as pessoas chegam procurando ajuda e como marca a oferta do serviço de escuta no momento o mais próximo possível em que a pessoa decide procurar ajuda.

O número de sessões ofertadas no Plantão Psicológico pode variar de uma a quatro Vieira (2012). No entanto, é preciso frisar que essa modalidade de atendimento clínico não pretende substituir a psicoterapia regular, servir de triagem ou improvisar um serviço apenas para desafogar filas de espera. Portanto, trata-se de um serviço completo em si mesmo (Tassinari, 1999). Assim, é considerado um lugar de cuidado “onde seja possível ressignificar o processo de constituição da subjetividade dentro das dimensões sociais, temporais, políticas e culturais” (Pereira, 2019, p. 48), facilitando o surgimento de recursos pessoais para enfrentamento das demandas (Cury, 2012).

Nesse sentido, o Plantão Psicológico apresenta uma potência própria de deslocamento da Psicologia Clínica, área tradicionalmente branca e elitizada, colocando-se disponível para a escuta e cuidado de populações em situação de vulnerabilização social, por estarem expostas a desigualdades estruturais.

O plantão psicológico, prática genuinamente brasileira, desenvolve-se inicialmente em clínicas-escola de psicologia, mas é possível encontrar relatos deste tipo de serviço em diversos contextos, como delegacia de defesa da mulher (Farinha; Souza, 2016; Silva; Bini, 2021), instituições de cuidado voltado as pessoas em situação de rua e outras vulnerabilidades (Silva; Vieira, 2020), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (Mota; Goto, 2009), Unidade Básica de Saúde (Gonçalves; Farinha; Goto, 2016), terreiros de umbanda (Scorsolini-Comin, 2014), entre outros.

Desenvolve-se, portanto, num contexto que pensa a clínica como uma atitude de cuidado, e não apenas como um estabelecimento, uma abordagem ou uma área de atuação. Dado os contextos diversos em que ocorre, em diálogo com as políticas públicas, apresenta grande potencial para o desenvolvimento de uma

clínica que reconheça a importância de uma perspectiva que ultrapasse uma compreensão internalista do sofrimento psíquico e universalista de sujeito.

Embora não seja uma prática exclusiva de uma abordagem psicológica, é comum que encontremos na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) o referencial teórico mais usado para fundamentar trabalhos de plantão psicológico. O uso dessa abordagem se justifica por reconhecer o potencial da relação terapêutica como um espaço de crescimento do outro através de uma interação que preza por uma atmosfera de segurança e calor (Rogers; Kinget, 1977). Parte-se da premissa de que o outro tem um potencial para o desenvolvimento e a autocompreensão (Rogers, 1957).

O tipo de compreensão empática ofertada no plantão psicológico é definido por Rogers (1986) da seguinte forma: “significa penetrar no mundo perceptual do outro e sentir-se totalmente à vontade dentro dele” (p. 73). Isso ocorre na medida em que interessa ao terapeuta acompanhar um fluxo de experiências presentes e se aproximar dele. Vale lembrar que, na definição de Rogers (1977) experiência é definida como “tudo aquilo que se passa no organismo e que está potencialmente disponível à consciência” (p. 161). Se a compreensão empática se direciona para a experiência, volta-se, portanto, para algo que se dá numa dimensão interna, que ocorre no organismo (termo derivado de uma compreensão biologicista), e não num contexto histórico e cultural.

Gomes (2019) nos apresenta uma rica discussão sobre racismo e empatia, afirmando que a empatia não se dá fora de um diálogo com o contexto. No caso da escuta de sofrimento de mulheres negras, Gomes (2019) reconhece três aspectos potencialmente libertadores da relação terapêutica: “a experiência de falar de si e ser escutada; o reconhecimento da opressão vivida; e a criação de repertório para falar de suas próprias dores” (p. 92). Acrescentamos ao que é apontado por Gomes outro aspecto relevante no estabelecimento da relação terapêutica: a ampliação ou criação de redes de apoio ao sofrimento.

Sobre a experiência de ser escutada, Gomes (2019) compreende que pode compartilhar afetos atravessados pelo racismo, por exemplo, com outra terapeuta negra pode ser algo transformador, dado um maior potencial de compreensão oferecido por esta relação. Quanto ao reconhecimento da opressão, a autora aludida aponta para a necessidade de que terapeutas não-negras façam um processo de letramento para compreender o modo como o racismo está entranhado nas relações sociais brasileiras, bem como que terapeutas negras consigam aliar a suas leituras vivências de níveis de opressão que por vezes são silenciadas ou invisibilizadas a fim de ajudar mulheres negras que procuram ajuda ao compreender a origem social do seu sofrimento. Já quanto ao repertório que mulheres negras devem ter para falar de suas próprias dores, Gomes (2019) entende ser necessário buscar o significado implícito da experiência que guie a conceituação de dores que, muitas vezes, estão no corpo e não encontram na cultura branca, eurocêntrica, palavras que lhe correspondam.

Baseados nas ideias de Gomes, podemos nos perguntar sobre a matéria de que é constituída a experiência para a qual se direciona a compreensão empática de quem trabalha com plantão psicológico e em como a empatia pode ser atravessada pela compreensão do racismo como elemento estrutural de nossas relações cotidianas. Em suma, interessa-nos refletir sobre como o plantão psicológico pode acolher o sofrimento de quem procura o serviço através do reconhecimento do racismo como elemento constitutivo deste.

A fim de tentar responder a esta questão, é necessário que compreendamos que, diferentemente do que cria Rogers, a realidade que chega ao terapeuta não implica um entendimento de que os limites entre as áreas “clínica” e “social” na Psicologia são bem mais flexíveis do que uma concepção mais tradicional de clínica nos faria supor (Dutra, 2004). Neste sentido, nos ajuda a compreender esta realidade a interseccionalidade, que, para Collins e Bilge (2021), é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo e como isso

abrange quem somos, como nos atravessa e como vivemos os marcadores de raça, classe e gênero. Ademais, apresenta-se como poderosa ferramenta analítica por chamar atenção para esses marcadores e por nos fornecer uma compreensão mais complexa dos fenômenos subjetivos e como estes encontram lastro em questões objetivas da realidade.

Em rápida pesquisa no portal de periódicos da Capes, com os descritores “plantão psicológico” AND “raça” OR “negro” OR “negra” OR “interseccional”, encontramos apenas um artigo que discutia esse tema (Davi, 2020). O referido trabalho discute como a maioria atendida pelo Plantão Psicológico daquele contexto se trata de mulheres negras, com baixa renda e baixa escolaridade. Assim, o autor pontua a necessidade de se readequar os protocolos de atendimento e qualificar os plantonistas para atender questões interseccionais que afetam a saúde mental dessa clientela. Outros trabalhos, como os de Farinha e Souza (2016), Rocha (2006), Scorsolini-Comin (2014), Silva e Vieira (2020) e Vieira e Romagnoli (2022), embora mencionem o tema raça como relevante na produção de sofrimento, fazem-no de modo genérico, como um elemento entre outros nessa dinâmica.

Tendo em vista essas lacunas, o presente ensaio é uma aposta na interlocução entre Psicologia Clínica e Social de modo a contribuir com o campo do Plantão Psicológico, modalidade de atendimento voltada à população em diferentes situações de vulnerabilização social. Tendo como foco o racismo, chegamos à seguinte questão: como as discussões sobre raça, a partir de uma ótica interseccional, podem contribuir para o fortalecimento de atitudes antirracistas no âmbito dos atendimentos no Plantão Psicológico?

## **A desigualdade racial no Brasil**

No nosso país, o racismo ocorre ora de maneira explícita e ostensiva, ora velada e sutil (Schucman, 2014). A ciência do século XIX produziu ideias de superioridade estética, moral e intelectual do branco que até hoje habitam no imaginário brasileiro (Schucman, 2014). Ao mesmo tempo, os mecanismos da branquitude, como o branqueamento, ocultados por sua própria lógica, contribuíram para a manutenção desse cenário (Bento, 2007), enquanto o mito da democracia racial atrasou maiores discussões sobre esse assunto, até mesmo nos meios acadêmicos, como na Psicologia (Carneiro, 2021).

Ainda nessa esteira do engano que o mito da democracia racial gera, Gonzalez e Hasenbalg (2022) apontam que, mesmo diante de aparentes “melhorias” na participação social do negro, como no mercado de trabalho e na cultura, por exemplo, a existência material e subjetiva deste ainda é comprometida por uma divisão racial de cunho geográfico, cultural e intelectual: de um lado, aquilo que diz respeito aos valores e privilégios endereçados e construídos por uma branquitude, do outro, um espaço estreito, precário e de submissão sistemática tomados como lugar do negro.

Nesse sentido, a branquitude diz respeito a traços da identidade racial do branco (Bento, 2007). Para Bento (2007), o branqueamento foi uma invenção da elite branca pós-abolição da escravidão, amedrontada pelo grande contingente populacional por ela explorado e, agora, “liberto”. Esse processo de branqueamento é mantido pela elite e estabelece o branco como referência de humanidade, fortalece seu autoconceito e legitima sua supremacia econômica, política e social, ao mesmo tempo, em que nega a herança de privilégios materiais e simbólicos dos brancos com a expropriação secular do trabalho do negro via escravidão (Bento, 2007).

Assim, uma das bases da branquitude é o estabelecimento do branco como sujeito universal, em que os não brancos são considerados fora da norma (Frankenberg, 2004). Paralelamente a isso, há a construção e a

manutenção de um imaginário pejorativo sobre o negro que solapa sua autoestima e identidade racial ao culpá-lo pela discriminação que sofre e ao justificar desigualdades sociais (Bento, 2007).

Bento (2007) critica como as investigações sobre desigualdades raciais, ao focar no estudo de negros, silenciam sobre o lugar do branco e a herança branca da escravidão, bem como a branquitude como mantenedora de privilégios. Para a autora, é preciso tratar a questão da desigualdade racial como um problema da relação de brancos com negros, e não do negro.

Nesse sentido, Gonzalez e Hasenbalg (2022) apontam uma incorporação agressiva por parte de pessoas negras aos valores e ideais simbólicos da branquitude. Isto produziria um fenômeno de autonegação e o favorecimento da diluição e opacidade de questões raciais e da organização deste movimento. Os autores ainda referenciam Neusa Santos Souza (1948-2008), que localiza que esse traço de apagamento, no Brasil, advém, também, do imaginário do branco como ideal de Ego.

É possível visualizar esse processo de maneira prática no artigo de Schucman (2014), que analisa como paulistanos brancos se apropriam do conceito de raça e racismo na constituição de suas subjetividades. Os entrevistados que participaram de sua pesquisa trouxeram ideias como: os negros são mais violentos que os brancos; negros dão mais valor à música e divertimento em detrimento do trabalho e da moral; o italiano é trabalhador e estudioso, em contraste com os negros; as desigualdades sociais são uma questão de falta de boa cultura; a população não branca é analfabeta, sem valores éticos e morais. Assim, os sujeitos entrevistados deslizam da linguagem racista biológica para a cultural ao insistirem no estabelecimento de hierarquias culturais e biológicas (Schucman, 2014).

A ideia de superioridade estética do branco também é traço presente na branquitude em outras regiões do Brasil. Nessa perspectiva, o que está em jogo

não é apenas o tom de pele, mas traços, feições e cabelos (Schucman, 2014). O negro considerado bonito é aquele de traços afinados, que guarda semelhança com características europeias (Schucman, 2014).

Nesse contexto, é inegável que a desigualdade de oportunidades, violências e ameaças à autoestima produzidas pelo racismo afeta a saúde mental da população não branca no Brasil (Brasil, 2016). Esse cenário coaduna com o que Veiga (2019) coloca como uma necessidade premente diante da contemporaneidade: sair do colonialismo, ou seja, da lógica de exploração e violência do outro presente na dominação dos países europeus sobre suas colônias e que se perpetua mesmo após a independência destas, pois o racismo é herança do colonialismo e da desigualdade de classes nele originada (Veiga, 2019).

Dessa forma, há o colonialismo histórico, em que o Estado colonizador dominava e explorava um território pela força e supremacia político-militar (Assis, 2014). Por sua vez, o conceito de colonialidade expressa a continuidade de formas coloniais de dominação mesmo após o fim das administrações coloniais (Quijano, 1997). A colonialidade é uma forma específica de dominação e exploração que constitui o sistema capitalista em que há uma classificação da população em raças; um sistema de exploração novo em que o trabalho continua racializado, mas articula-se em torno do capital; o eurocentrismo na produção e controle de subjetividades e a hegemonia do Estado-nação como autoridade coletiva, excluindo populações racializadas como inferiores do controle dessa autoridade (Quijano, 1991, 1995; Quijano; Wallerstein, 1992). Assim, as estruturas de poder e subordinação coloniais são reproduzidas pelos mecanismos do capitalismo colonial-moderno (Assis, 2014). Em consonância com esses autores, Veiga (2019) pontua como a máquina colonial produz subjetividades e, também, o racismo, a lgbtfobia e outras formas de opressões estruturais que dividem a realidade entre aqueles que exercem a violência e os que sofrem a violência.

Ao realizar um percurso desde o Brasil escravocrata e passar pelo estabelecimento da política de branqueamento do século XIX até os dados atuais de matança e subalternização da população negra, Veiga (2019) descortina o cenário racista brasileiro. Ele apresenta o racismo como vetor que atravessa as subjetividades negras, ou seja, seus modos de ser, estar, sentir e perceber o mundo.

O autor traz o chamado “efeito diáspora” para explicar a forma como negros se sentem num país antinegro. Esse efeito é uma sensação de não pertença e dificuldade de ser acolhido e incluído em dinâmicas sociais de maneira equânime, sem subalternização (Veiga, 2019). Isso pode afetar, inclusive, os relacionamentos de pessoas negras ao colocá-las em relações desiguais de cuidado, facilmente aceitas pela posição histórica de serviço ao outro e pela sensação de menos valia, aceitando qualquer coisa para poder receber amor (Veiga, 2021).

Longe de ser uma política do passado, o embranquecimento ainda se faz presente na realidade brasileira (Veiga, 2019). Assim, comportamentos autodestrutivos na pessoa negra são efeitos de “uma realidade profundamente antinegra” (Nobles, 2009, p. 290). A escravidão e o embranquecimento afastaram os negros de sua origem por meio de apagamento de parte de sua história e a criação de uma narrativa que tem como efeito a vergonha, a culpa e o sentimento de falta, tanto com relação a si como ao povo ao qual a população negra pertence (Veiga, 2019). Assim, o racismo produz, no negro, uma autoimagem que dificulta o amor-próprio (Veiga, 2019). Nesse contexto, devolver à branquitude a responsabilidade pela violência do racismo é uma das maneiras de romper a narrativa que culpa o negro pelo preconceito que sofre (Veiga, 2019).

É nesse sentido que abordaremos, no próximo tópico, a brancura da própria Psicologia, problematizando o lugar do psicólogo clínico diante disso, trazendo exemplos de dimensões coletivas do sofrimento do negro que chega

à clínica, alinhando nossa proposta com o que Veiga (2019) chama de “psicologia preta” (p. 244).

## **A Psicologia Clínica no cenário de desigualdade racial**

Said (1990) denuncia o eurocentrismo das ciências humanas do século XVIII ao XX e como o homem europeu ganhou força e identidade, colocando-se como “homem universal” em comparação com outros povos. É possível perceber que a Psicologia não esteve imune a essa tendência, haja vista os currículos ainda serem majoritariamente compostos por autores brancos europeus e americanos (Carneiro, 2021; Veiga, 2019). Assim, os valores da classe média branca estão refletidos nas pesquisas psicológicas, fundamentadas em autores brancos e europeus, como se fossem universais (Sue; Sue; Neville; Smith, 2019).

O organismo rogeriano, sede de todo o campo de experiências disponíveis e potencialmente disponíveis à consciência, por exemplo, é definido como algo “que denota tanto o organismo humano quanto, simultaneamente, o indivíduo, mas também como uma referência mais ampla às espécies humanas e, além disso, a toda a vida orgânica, incluindo-se grupos e organizações” (Tudor; Merry, 2002, p. 91-92). Como se percebe, há uma pretensão universal, inclusive com o uso de um termo normalmente usado na biologia para naturalizar o que seria esse humano que não dialoga nem com a história, nem com a cultura.

Carneiro (2021) questiona como em um país majoritariamente negro a psicologia clínica discute saúde mental e intervenção terapêutica a partir, principalmente, de teorias europeias e norte americanas, feitas majoritariamente por homens. Para ela, a Psicologia tem reproduzido colonialidade ao se basear apenas na população branca e contribui, assim, para um racismo estrutural e institucional na formação do terapeuta.

Não há, na Psicologia Clínica brasileira, um corpo de conhecimento e métodos desenvolvidos para manejo das repercussões de racismo na saúde mental da população negra (Tavares; Kuratani, 2019). A produção brasileira na área de racismo e saúde mental é majoritariamente da Psicologia Social, sendo praticamente inexistente a produção na área da clínica ou diálogo entre as duas áreas (Gouveia; Zanello, 2018). Para Carneiro (2021), isso é resultado do racismo antinegro em nossa sociedade, no qual autoras como Virgínia Bicudo e Neusa Santos, embora já apontassem o sofrimento psíquico na população negra, não são referenciadas e, assim, sofrem processo de invisibilização.

Nesse cenário, Veiga (2019) pontua como as graduações de psicologia ignoram as subjetividades negras e o resultado disso são pacientes negros que sofrem racismo de seus próprios terapeutas e não se sentem acolhidos e escutados. Assim, lidar com o racismo apenas do ponto de vista psicológico, ou organísmico, é perder de vista a engrenagem social que perpetua as violências que o racismo produz sobre o corpo negro (Veiga, 2019).

Schucman (2014), por sua vez, questiona a falta de estudos sobre branquitude na Psicologia e explica isto através de duas hipóteses: a) o fato de a maioria dos psicólogos e pesquisadores serem brancos e socializados em ambientes que não discutem raça, o que fortalece a branquitude como padrão e contribui para a ideia de que só quem tem raça é o negro e b) o fato de que desvelar branquitude é expor privilégios simbólicos e materiais dos brancos (Schucman, 2014). A autora também critica o fato de os cursos de Psicologia tratarem o desenvolvimento humano de maneira igual entre diferentes grupos racializados, como se a raça (assim como gênero e classe) não marcasse, na sociedade, uma diferença e hierarquização de sujeitos (Schucman, 2014).

Nesse contexto, é de suma importância uma formação antirracista do terapeuta, em que ele/ela e seu/sua supervisor/a tenham um letramento sobre raça e, no caso de serem brancos, sobre branquitude. Clientes negros podem

se sentir desconfortáveis ao falar que sofrem pelo racismo para terapeutas brancos, tendo em conta a tendência social de invalidar e invisibilizar as relações entre racismo e sofrimento psíquico ou mesmo de culpabilizar o negro pelo que sofre (Carneiro, 2021; Gomes, 2019).

Segundo Carneiro (2021), no atendimento clínico de mulheres negras, estagiárias com maior consciência racial tiveram melhores resultados, com as clientes sentindo segurança para falar sobre racismo. Assim, o terapeuta antirracista deve desenvolver uma sensibilidade pela forma como as opressões sociais atravessam as pessoas e promover a legitimação do sofrimento causado pelo racismo (Carneiro, 2021). Isso significa compreender a experiência como algo que não está encapsulado naturalmente em quem conta sobre seu sofrimento, mas em construção num contexto social atravessado por questões que são anteriores à própria existência daquele que procura ajuda.

Dessa forma, descolonizar a Psicologia é problematizar o próprio lugar do psicólogo, pois é desse lugar que ele escuta (Veiga, 2021). Para Veiga (2021), os psicólogos brancos sofrem, em sua subjetividade, os efeitos do privilégio de ter pele branca. Devido a isso, não conseguem compreender e escutar o sofrimento racial em todas as suas implicações, tampouco acolher certos aspectos das subjetividades negras fustigadas por esse sofrimento racial (Veiga, 2021).

Nesse sentido, Veiga (2021) defende que, quando um paciente negro esconde o que sente ou tem dificuldade para viver o amor, é preciso escutar a dimensão coletiva do problema, ou seja, o que o colonialismo imprimiu nas subjetividades negras. Essa escuta serve não apenas para análise do caso, mas também para criar outras realidades possíveis, como o reconhecimento de que o paciente não precisa repetir uma história de opressão daqueles que vieram antes dele e pode, assim, romper com aquilo que é imposto pelo colonialismo (Veiga, 2021).

Veiga (2021) também traz o caso de uma paciente que teve sua subjetividade tão colada à precariedade que, ao ascender socialmente, sente culpa. O autor contrasta isso com a situação de pessoas brancas, que tendem a comemorar suas conquistas por entendê-las como sinal de merecimento próprio. Assim, a psicologia preta trabalha no resgate do amor por si, por sua história e por seu povo, em um mundo que quer exterminar a população negra (Veiga, 2021).

### **Uma perspectiva interseccional de psicologia clínica**

Refletir acerca de uma perspectiva interseccional na prática clínica em psicologia é adotar uma sensibilidade analítica dos processos psicossociais, mas sobretudo uma postura ética de compreensão dos sujeitos e de suas experiências, sempre entrelaçadas às tramas sociais (Akotirene, 2019). O conceito de *interseccionalidade* “surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal” (Akotirene, 2019, p.14). De um lado, opõe-se ao feminismo liberal, que normalmente ignora a dimensão racial. De outro, ao movimento negro, que “oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro” (Akotirene, 2019, p. 14). Desta forma, ainda segundo Akotirene (2019), trabalhar de modo interseccional implica reconhecer

a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 14).

Se a interseccionalidade compreende que existem interações simultâneas de estruturas sociais que marcam os sujeitos, nenhuma perspectiva universal se sustenta. É nesse sentido que se faz necessário pensar uma clínica que esteja

atenta aos modos de subjetivação a partir de um viés interseccional e que compreenda as questões atuais.

No entanto, é importante reconhecer que a hegemonia nos estudos sobre os temas acima mencionados se sustenta porque há o que Bento (2022) chama de pacto da branquitude, quando modos de funcionamento uniformes são fomentados a cada geração, a fim de manter o privilégio de alguns, o que colabora para que sejam criadas comunidades de semelhantes.

Mbembe (2017) nos alerta para uma lógica violenta e opressora, que não considera as dinâmicas sociais que constroem identidades e lugares no mundo. Por isso, o conceito de interseccionalidade é importante para a construção de possibilidades de clínica a partir de uma ética que capture “as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p.177).

Miranda e Félix-Silva (2022, p.10) colaboram com essa discussão quando propõem que psicólogas/os revisitem as noções de subjetividade universal para enxergar as subjetividades que habitam os territórios em que estes profissionais estão inseridas/os e tudo o que as atravessa, adotando “ouvidos-lentes” condizentes com o contexto de construção dos sujeitos. Construir uma clínica que se baseia na vida concreta é considerar que raça, classe, gênero, território e outros atravessamentos farão parte da escuta. Tais dimensões inevitavelmente escapam do que temos a dizer e de como dizemos quem somos. Sobretudo, de onde falamos.

Nesse sentido, cabe ao psicoterapeuta estar verdadeiramente implicado e saber de onde ele escuta. Isso implica criar possibilidades de uma escuta imbricada com questões coletivas e na qual o terapeuta tem consciência do lugar em que ela ocorre. Para Santos (2021, p. 40), “o espelho colonial, como ferramenta analítica, projeta um único reflexo: o ódio contra todas as existências que manifestam a diferença”.

Essa afirmação reitera a necessidade ética de um compromisso com a existência das diferenças, tendo em vista que a homogeneidade desejada pelo individualismo invisibiliza existências, tornando-nos todos iguais. Assim, a homogeneização que se opera a partir do entendimento de um só modelo de humanidade, ou, como se verá adiante, de uma concepção de natureza humana, tende a nos distanciar do reconhecimento da existência do Outro através de um processo de invisibilização. A seguir, apresentamos algumas ideias que consideramos fundamentais no desenvolvimento de uma prática de plantão psicológico antirracista.

### **Por um Plantão Psicológico Antirracista**

Em consonância com Vieira e Romagnoli (2019) e Pereira (2019), acreditamos que o Plantão Psicológico seja um dos lugares possíveis para ressignificar vivências e produzir novos significados, inclusive sobre experiências de desamparo e discriminação que afetam as subjetividades brasileiras ou mesmo novos significados sobre o que é ser psicólogo no Brasil. O acolhimento compreensivo e caloroso numa situação de sofrimento pode ser uma oportunidade de elaboração de uma experiência extremamente dolorosa e de difícil compreensão por parte de quem passa por ela.

No entanto, para isso, é necessário atentar-se à formação de terapeutas antirracistas e conscientes socialmente. Para tanto, como nos aponta Veiga (2019), é necessário nos afastarmos da ficção de raça criada pelo humanismo ocidental. Para que possamos fazer o necessário deslocamento apontado por Veiga (2019), é importante que compreendamos experiência de modo distinto daquele universal e invisibilizador conceituado por Rogers (1977).

Do que seriam, então, compostas as experiências tanto do terapeuta quanto do usuário do serviço? A partir de uma proposta interseccional, o universal que Rogers almeja alcançar se mostra violento, aniquilador da diferença do Outro, pois esconde a heterogeneidade das experiências de vida daqueles que buscam

o serviço de Plantão Psicológico. As dores que chegam ao serviço revelam aspectos da estrutura social e isso pode passar despercebido ou até mesmo ser invalidado, se não houver o mínimo de letramento e de abertura por parte de quem oferece a relação de ajuda. Sendo assim, a satisfação a que Rogers (1980/1983) se refere ao “ouvir o próprio eu em contato com uma verdade universal” (p. 5) quando se propõe a compreender o outro perde o sentido se estivermos atentas e atentos aos aspectos interseccionais do sofrimento.

Assim, compreendemos a experiência não como algo que seja controlado pelo indivíduo e que lhe ocorra internamente, mas que lhe atravessa, que lhe toca, ainda que de modo inicialmente incompreensível. Esta concepção de experiência nos é apresentada por Bondía (2002), segundo quem passar por uma experiência é admitir um nível de passividade para se reconhecer atravessado por algo que nos afeta e não se oferece à nossa posse.

Em coerência com a definição ora apresentada e diante do panorama até aqui explicitado, podemos dizer que o plantão acolhe atravessamentos múltiplos que resultam num modo de se subjetivar que não pode ser separado das condições históricas e culturais em que nós existimos. Nesse sentido, a abertura ao outro tantas vezes exigida do plantonista (Mahfoud, 2013) tende a ser mais ampla quanto maior for a possibilidade de compreender que a matéria de que se forjam as experiências de sofrimento não está no indivíduo, numa esfera íntima apenas. Mas como se abrir para reconhecer aquilo sobre o que não se conhece, ou não se tem disponibilidade para aprender sobre?

Se o plantão acolhe a pessoa na urgência do seu sofrimento, o que urge e se sobressai precisa ser acolhido com toda a sua complexidade. O “organismo” de que nos fala Rogers não tem corpo e é através do corpo (imbricado na dimensão cultural, é verdade) que se dão algumas das mais concretas experiências envolvidas no racismo.

Destarte, se o terapeuta é branco, conforme discutido alhures, cabe-lhe ter consciência do lugar de onde escuta e se letrar para compreender o sofrimento imposto por uma realidade de racismo como a brasileira. Se, por outro lado, conforme nos aponta Gomes (2019), quem trabalha no plantão for uma mulher negra, por exemplo, há grandes possibilidades de que outra mulher na mesma condição que procure ajuda se sinta acolhida e compreendida.

A abertura ao outro, neste contexto, ganha contornos concretos e distantes do universalismo que a ideia de natureza humana (Rogers, 1957) rogeriana nos apresenta. Como esse usuário do serviço se identifica em termos de raça, de gênero e de classe social? Que aspirações essa pessoa tem? Por que experiências ela é atravessada? A partir de que lugar ela fala? Ao invés de natureza, interessamos a condição humana em que quem procura ajuda se situa. O movimento de quem procura o serviço ocorre numa trama de relações nas quais o racismo, por exemplo, é elemento fundamental. Em vez de um organismo, um corpo sensível, marcado e subjetivado por diversos processos históricos e sociais apresenta-se diante de nós e pede reconhecimento.

Neste sentido, a compreensão empática exige um deslocamento por parte de quem deseja exercê-la que desconhece a rigidez dos limites entre experiência “interna” e “externa”, questão individual e questão social, etc. Desconsiderar, por exemplo, os efeitos do racismo na produção de sofrimento de uma pessoa negra que busca escuta em um plantão psicológico é corroborar com o “mito da democracia racial” e com a retórica de que, “independente da cor”, “somos todos iguais”, porque todos somos “pessoas”.

Para tanto, há duas frentes que podem criar as condições para um plantão antirracista, como pretendemos com este texto. Por um lado, há que se problematizar a formação em Psicologia, tanto na equivocada separação entre aspectos individuais e sociais, quanto na escolha da literatura que compõe essa formação. Ademais, ainda nesta seara, a formação não pode ser meramente

tecnicista. Saber de que lugar a escuta e a relação de ajuda são produzidas é fundamental no combate a possíveis diferenças que esse âmbito possa produzir.

Por outro lado, mas em diálogo com a dimensão formativa, está a necessidade de especificar e compreender as diferenças que atravessam os modos de subjetivação. Assim, em vez de uma genérica abertura à experiência, é fundamental entender que a diferença posta pela questão racial não é banal. Compreender o outro na especificidade de um sofrimento produzido histórica e culturalmente como o racial requer letramento e reconhecimento de sua existência, dignidade e potência de vida.

Em sendo o antirracismo uma luta de todas/todos/todes, é interessante que quem envereda pela prática do plantão psicológico, em um contexto marcado pelo racismo estrutural, que produz efeitos diversos na produção de sofrimento psíquico, possa exercitar atitudes antirracistas. Algumas dessas atitudes, sob inspiração do que escreve Djamila Ribeiro (2019), seriam: estudar sobre o tema; ler e visibilizar referências afrodiaspóricas; respeitar o lugar de fala de quem vive diretamente a experiência do racismo e busca o plantão psicológico, em sua interseccionalidade com outras experiências de opressão.

Complementarmente, em sendo, por exemplo, o/a plantonista um uma pessoa branca ou não negra, é fundamental a atitude de se racializar, reconhecendo seus privilégios e não se colocando como sujeito universal ou centro da relação no processo de escuta. Igualmente, é fundamental que plantonistas brancos/as se coloquem como aliados, e não como protagonistas da luta antirracista. Isso implica, por exemplo, não só evitar a reprodução de estereotipações e práticas discriminatórias, a partir da revisão de racismos internalizados, mas se engajar no combate a elas, atuando na luta por políticas afirmativas, inclusive, para que mais pessoas negras também ocupem o lugar de plantonistas e o campo da clínica 'psi' possa ser mais diverso racialmente.

Nesse sentido, ensaiamos inaugurar novas possibilidades de atuar com o plantão psicológico, desde que esta prática assuma que não é possível atentar-se ao sofrimento dos sujeitos sem reconhecer os atravessamentos que existem em cada contexto. Destarte, é necessário deslocar desde as nossas leituras até a nossa postura como psicoterapeutas para um lugar de implicação. Ou, dito de outro modo, é necessário viver o deslocamento como a única constante da atuação com sujeitos em sofrimento, a fim de não vulnerabilizá-los ainda mais a partir de nossas práticas.

### **Considerações Finais/Conclusões**

O objetivo do presente ensaio foi trazer a discussão sobre raça, a partir de uma perspectiva interseccional, para o âmbito do Plantão Psicológico. Nesse sentido, situamos o Plantão Psicológico enquanto uma prática clínica contemporânea, de amplitude social, evidenciando a necessidade de mais estudos sobre raça e sofrimento psíquico nessa modalidade de atendimento. Em seguida, refletimos sobre a desigualdade racial no Brasil, apresentando o conceito de branquitude e branqueamento. Posteriormente, trazemos reflexões sobre a Psicologia Clínica nesse cenário, problematizando a brancura da própria Psicologia e trazendo a necessidade de uma psicologia preta e da formação antirracista de terapeutas.

Por fim, refletimos sobre a importância de uma prática psicológica que leve em conta a interseccionalidade dos atravessamentos subjetivos produtores de sofrimento. Para tanto, problematizamos as noções de experiência e organismo que fundamentam uma atuação em plantão psicológico na ACP e apontamos a necessidade de superar uma concepção universal de natureza humana, bem como um entendimento internalista do que seria a experiência acolhida no plantão psicológico.

Tais reflexões indicam a necessidade de uma maior amplitude na compreensão da experiência do outro por parte do plantonista através de

letramento sobre branquitude e racismo numa perspectiva interseccional a fim de ampliar as possibilidades de reconhecimento da experiência do outro. Isso implica compreender de onde se ouve e se deslocar em direção a um outro por vezes invisibilizado, bem como conceber mais fluidamente a relação entre experiência interna e vida objetiva.

Nesse sentido, podemos dizer que o objetivo foi alcançado pela elucidação desses pontos, o que evidencia a necessidade de uma formação antirracista na Psicologia e auxilia no preenchimento da lacuna de estudos sobre Plantão Psicológico, racismo e sofrimento psíquico. Esperamos que o presente ensaio fomenta mais pesquisas sobre o assunto e ajude a qualificar atendimentos no Plantão Psicológico. Para estudos futuros, sugerimos pesquisas que investiguem as narrativas sobre sofrimento relatadas por pessoas negras atendidas em serviços de plantão psicológico. Também se apresenta como interessante um estudo comparativo entre como pessoas pretas se sentem sendo atendidas por pessoas brancas em comparação com a experiência daquelas ouvidas por pessoas igualmente pretas. Ademais, é interessante investigar como plantonistas compreendem o lugar da interseccionalidade em sua formação em Psicologia.

## Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LDTA, 2019.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, p. 613-627, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 jun. 2024.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.), **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. cap. 2.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de indicadores do SUS nº 10**: Temático saúde da população negra. Vol. VII. Brasília, DF: Ministério. 2016.

CARNEIRO, V. Experiências na formação de psicoterapeutas antirracistas. **Diaphora**, v. 10, n. 3, p. 32-38, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42738> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/WLqvt9yG7rmBzz4kvp8TVSL/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n° 1/2002, p. 171-188, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnjZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CURY, V. E. Plantão psicológico em clínica-escola. *In*: MAHFOUD, M. (Org.), **Plantão psicológico**: Novos horizontes. 2. ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012. p. 115-116.

DAVI, E. H. D. Reflexões sobre o plantão psicológico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 8, n. 14, p. 11-27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/recuesb.v8i14.7816> Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/7816>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DUTRA, E. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de Psicologia (Natal)**. v. 9, p. 381-387, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/7dTyvpTbPQW9XfFsgk4shcn/>. Acesso em: 20

jun. 2024.

FARINHA, M. G.; SOUZA, T. M. C. Plantão psicológico na delegacia da mulher: experiência de atendimento sócio-clínico. **Revista da SPAGESP**, v. 17, n. 1, p. 65-79, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702016000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100007). Acesso em: 20 Junho 2024.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquitude não marcada. *In*: V. WARE (org.), **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

GOMES, I. Reflexão sobre os limites e possibilidades de empatia na escuta de mulheres negras. *In*: TASSINARI, M.; DURANGE, W. **Empatia**: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV, 2019. p. 85-104.

GONÇALVES, L. O.; FARINHA, M. G.; GOTO, T. A. Plantão psicológico em unidade básica de saúde: atendimento em abordagem humanista-fenomenológica. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 22, n. 2, p. 225-232, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672016000200015](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672016000200015) Acesso em: 20 jun. 2024.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 450 - 464, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MAHFOUD, M. A vivência de um desafio: plantão psicológico. *In*: ROSEMBERG, R. L. (Org.), **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa**. São Paulo: EPU, 1987. p. 75-83.

MAHFOUD, M. Desafios sempre renovados: plantão psicológico. *In*: M. A. TASSINARI, M.; CORDEIRO, A. P. S.; DURANGE, W. T. (orgs). **Revisitando o plantão psicológico centrado na pessoa**. Curitiba: CRV, 2013. p. 33-50.

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Portugal: Antígona, 2017.

MIRANDA, D. W.; FÉLIX-SILVA, A. V. As subjetividades periféricas e os impasses para a descolonização da clínica psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264143> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/c9dvXwsycCnM6ddCWNTCgTB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MOTA, S. T.; GOTO, T. A. Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. **Fractal: revista de psicologia**, v. 21, p. 521-529. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922009000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/7kc6bDJZjbGGnVqN3zdZ3Rv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 jun. 2024.

NOBLES, W. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In E. Nascimento (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-298.

PEREIRA, F. M. A maleabilidade do plantão psicológico nos contextos de atuação: uma medida preventiva à pós-modernidade. **Revista Mundi Sociais**, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=view&path%5B%5D=806> Acesso em: 20 jun. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidad, modernidad/racialidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-29, 1991. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf> Acesso em: 20 jun. 2024.

QUIJANO, A. Modernity, Identity, and Utopia in Latin America. In: BEVERLEY, J.; ARONNA, M.; OVIEDO, J. (Ed.). **The Postmodernism Debate in Latin America**. Durham: Duke University Press, 1995. p. 201-216. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/303346>. Acesso em: 20 jun. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6042> Acesso em: 20 jun. 2024.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System. **International Social Science Journal**, n. 134, p. 549-557, 1992. Disponível em: <https://europhilomem.hypotheses.org/files/2018/07/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf> Acesso em: 20 jun. 2024.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, M. C. Juventude: apostando no presente. **Imaginário**. v. 12, n. 12, p. 205-223, 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-666X2006000100011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-666X2006000100011). 2006. Acesso em: 20 jun. 2024.

ROGERS, C. R. A note on the "nature of man". **Journal of counseling psychology**, v. 4, n. 3, p. 199-203, 1957. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0048308> Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1959-00026-001>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ROGERS, C. R. Definições das noções teóricas. *In*: Rogers, C. R.; Kinget, G. M. **Psicoterapia e relações humanas** - vol. 1. Belo Horizonte: Interlivros, 1977. p. 157-180.

ROGERS, C. R. Uma maneira negligenciada de ser: a maneira empática. *In*: C. R. Rogers; R. L. Rosenberg. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU, 1986. p. 69-90.

ROGERS, C. R.; Kinget, G. M. **Psicoterapia e relações humanas** - vol. 1. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

ROGERS, C. R. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983. (Originalmente publicado em 1980).

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, T. T. **Decolonizar Valores**: Ética e Diferença. Simões Filho: Editora Devires, 2021.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt> . Acesso em: 20 jun. 2024.

SCORSOLINI-COMIN, F. Plantão psicológico centrado na pessoa: Intervenção etnopsicológica em terreiro de umbanda. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 885-899, 2014. DOI: 10.9788/TP2014.4-16. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04a16.pdf>.

Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVA, A. M. B. D.; BINI, M. C. N. Percepções sobre o plantão psicológico em uma Delegacia de Defesa da Mulher. **Psicologia USP**, v. 32, p. 1-11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200201> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/JwpVQ5WFHcR7rz86KVLPYct/> Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVA, M. N.; VIEIRA, E. D. Um estudo sobre exclusão social e depressão a partir do plantão psicológico. **Revista UFG**, v. 20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.66615> Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/66615> Acesso em: 20 jun. 2024.

SUE, D. W.; SUE, D.; NEVILE, H. A.; SMITH, L. **Counseling the culturally diverse: Theory and practice**. 8. ed. New York, NY: Wiley, 2019

TASSINARI, M. A. **Plantão Psicológico Centrado na Pessoa como Promoção de Saúde no Contexto Escolar**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. A. Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se tornaram negras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 1-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764.2019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/PS556GX8mQ7CgwwzvVgYts/> Acesso em: 20 jun. 2024.

TUDOR, K.; MERRY, T. **Dictionary of person-centered psychology**. Ross-on-Wye: PCCS Books, 2002.

VEIGA, L. M. **Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244-248, 2019. DOI: [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29000](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000) Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/NTf4hsLfg85J6s5kYw93GkF/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VIEIRA, É. D.; ROMAGNOLI, R. C. A clínica psicológica como um espaço de desvelamento das desigualdades sociais. **Psicologia em Estudo**, v. 27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v27i0.47596>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/GYb4KBrSswgB3y3THj3cbnD/> Acesso em 20 jun.

2024.

VIEIRA, É. D.; ROMAGNOLI, R. C. Acolhimento psicológico com sujeitos marginalizados: tensões entre o tradicional e o instituinte. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 71, n. 1, p. 112-127, 2019.

DOI: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i1p.112-127>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1809-52672019000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672019000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 jun. 2024.

VIEIRA, E. M.; BORIS, G. D. J. B. O plantão psicológico como possibilidade de interlocução da psicologia clínica com as políticas públicas. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 12, n. 3, p. 883-896, 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812012000300010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300010). Acesso em: 24 jun. 2024.

VIEIRA, E. M. Aprendizagem significativa na formação universitária: a experiência do plantão psicológico da UFPA. *In*: LEMOS, F. C. S.; SILVA, A. L. S.; SANTOS, C. S.; SILVA, D. L. **Transversalizando no ensino, na pesquisa e na extensão**. Curitiba: CRV, 2012. p. 441-451.

**Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – ISSN: 2595-0959, V. 8, N. 1, 2025**

---

#### **Conflito de interesses**

Não há conflito de interesse

---

#### **Contribuição dos autores**

Concepção e conceitualização: *LOSCB, MDS, EMV, JPPB, MBSS*

Redação do manuscrito original: *LOSCB, MDS, EMV, JPPB, MBSS*

Curadoria de dados: -

Análise de dados: *EMV, JPPB*

Redação textual: *LOSCB, MDS, EMV, JPPB, MBSS*

Supervisão: *EMV, JPPB*

#### **Financiamento**

Não se aplica

#### **Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

#### **Aprovação, ética e consentimento**

Não se aplica.

---